STJ00110040

GERALDO ATALIBA

HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA

6ª edição, 18ª tiragem



HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA

© GERALDO ATALIBA

1ª ed., 1973; 2ª ed., 1ª tir., 1975; 2ª tir., 1978; 3ª tir., 1981; 3ª ed., 1ª tir., 1984; 2ª tir., 1987; 4ª ed., 1990; 5ª ed., 1ª tir., 1992; 2ª tir., 1993; 3ª tir., 1994; 4ª tir., 1995; 5ª tir., 1996; 6ª tir., 1997; 7ª tir., 1998; 8ª tir., 1999; 6ª ed., 1ª tir., 2000; 2ª tir., 2001; 3ª tir., 2002; 4ª tir., 2003; 5ª tir., 2004; 6ª tir., 2005; 7ª tir., 2005; 8ª tir., 2006; 9ª tir., 2008; 10ª tir., 2009; 11ª tir., 2010; 12ª tir., 2011; 13ª tir., 2012; 14ª tir., 2013; 15ª tir., 2014; 16ª tir., 2016; 17ª tir., 2018.

ISBN 978-85-7420-171-5

Direitos reservados desta edição por MALHEIROS EDITORES LTDA. Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171 CEP 04531-940 — São Paulo — SP Tel.: (11) 3078-7205 — Fax: (11) 3168-5495 URL: www.malheiroseditores.com.br e-mail: malheiroseditores@terra.com.br

> Composição Acqua Estúdio Gráfico Ltda.

> Capa: Criação: Vânia Lúcia Amato Arte: PC Editorial Ltda.

> > Impresso no Brasil Printed in Brazil 06.2019

SUMÁRIO

Nota prévia à 1ª edição	7
Nota do autor à 2 ^a edição	8
Nota à 4ª edição	9
À guisa de prefácio, José Souto Maior Borges	11
PRIMEIRA PARTE	
NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	
Capítulo Único	
1. Tributo como objeto da obrigação tributária	21
2. Tributo como objeto do direito	23
3. Caráter instrumental do direito	25
4. Atributividade do direito e técnica jurídica da tributação	27
5. O tributo como instrumento jurídico de abastecimento dos	
cofres públicos	29
6. Momento ideal (ou jurídico) da transferência da riqueza e	
momento fático	30
7. Objeto da obrigação	31
8. Consequências jurídicas da atributividade das normas	32
9. Conceito de tributo	32
10. Reconhecimento do tributo	36
11. O direito tributário se forma em torno do conceito de	50
tributo (que é constitucionalmente pressuposto)	37
12. Direito tributário como capítulo do direito administrativo	40
13. Estrutura das normas jurídicas	42
	44
14. Sanção	44
15. Divergência doutrinária quanto à estrutura da norma	
16. Incidência	45
SEGUNDA PARTE	
ASPECTOS DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA	
Capítulo Único	
17. Norma tributária	51
18. Questão terminológica	53

19. F	lipótese de incidência como conceito legal	58
	Jniversalidade do conceito de h.i.	59
21. L	Jnidade lógica da hipótese de incidência	65
	Fato imponível	66
23. F	Tato imponível e sua subsunção à hipótese de incidência	68
	Nascimento da obrigação tributária	68
	Subsunção	69
	Tato imponível como fato jurídico e não ato jurídico	70
	Caráter unitário do fato imponível	72
	Aspectos da hipótese de incidência	76
	Aspecto pessoal	80
	Sujeito ativo	83
	Parafiscalidade	85
	Sujeito passivo. Desdobramentos do tema	86
33. S	Sujeito passivo nos tributos vinculados	88
	Sujeição passiva indireta	89
	Aspecto temporal	94
	Colocação tradicional do tema	96
	Classificação dos impostos baseada no aspecto temporal	
	la h.i	98
38. C	Crítica ao critério de classificação	100
39. C	Classificação científica das h.i. quanto ao aspecto	
t	emporal	102
40. <i>A</i>	Aspecto espacial	104
	Aspecto material	106
42. E	Base imponível (questão terminológica)	108
43. I	Definição de base imponível	108
44. <i>A</i>	Alíquota	113
	Alíquota e taxa	117
	Determinação do quantum debetur	117
47. I	Dinâmica da obrigação tributária	118
TER	CEIRA PARTE	
CLA	SSIFICAÇÃO JURÍDICA DOS TRIBUTOS	
Capi	ítulo I – Critério de Classificação	
48. (Considerações gerais	123
49. I	Importância da classificação	124
	Critérios correntes de classificação	125
51. F	Proposições metodológicas	126
	O critério jurídico de classificação dos tributos está na	
C	consistência do aspecto material da hipótese de	
i	ncidência	130

SUMÁRIO 17

Capítulo II – Tributos não vinculados	
53. Imposto, tributo não vinculado	137
54. Critério de exclusão para reconhecimento do imposto	138
55. "Nomen iuris"	139
56. Impostos reais e pessoais	141
57. Impostos diretos e indiretos	143
58. Os impostos em espécie	143
Capítulo III – Tributos vinculados	
59. Espécies	146
60. Base imponível	150
61. Taxas na doutrina	153
62. Referibilidade ao sujeito passivo na taxa	156
63. Destinação do produto da arrecadação	157
64. Regime das taxas na Constituição de 1988 –	15,
Inconstitucionalidade dos preços (tarifas)	159
65. Contribuição de melhoria	170
66. Norma geral de direito tributário e contribuição de melhoria	171
67. Contribuição de melhoria na ciência das finanças	172
68. Contribuição de melhoria como tributo	174
69. O princípio da atribuição de mais-valia imobiliária, gerada	
por obra pública, ao estado	175
70. Entrosamento sistemático	178
71. Outras contribuições	182
72. Contraste com a taxa	184
73. Critério prático de discernimento entre taxa e	10.
contribuição	187
74. Contribuições parafiscais	187
75. Conceito jurídico do instituto	189
76. Regime jurídico tributário dos tributos parafiscais	189
77. Contribuições nas Constituições	191
78. Designação do instituto da contribuição	192
79. Critérios constitucionais e hipótese de incidência	193
80. Cunho "especial" do tributo	195
81. Direito constitucional brasileiro e princípios informadores	1,0
das espécies tributárias	196
82. Base de cálculo	197
83. Destinação do produto da arrecadação	199
84. Estrita legalidade e contribuições	200
85. Discriminação constitucional de competências	200
86. Aspecto pessoal	203
87. Regime de imposto e contribuições	208